

## ESPAÇOS CONVENCIONAIS DE LAZER EM BELÉM (PA), ENTRE O CENTRO E A PERIFERIA: DE QUE LAZER ESTAMOS FALANDO E PARA QUEM?<sup>1</sup>

Flavio Henrique Souza Lobato<sup>2</sup>  
Mirleide Chaar Bahia<sup>3</sup>

**Resumo:** A utilização da cidade e dos seus espaços de lazer, em diversas sociedades no mundo, foi envolta por lógicas excludentes e segregadoras. Diante disso, este trabalho objetivou mapear os espaços convencionais de lazer em Belém (PA), a fim de analisar a relação entre os bairros centrais e periféricos, bem como a extensão territorial e o número de habitantes. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, a partir de documentos oficiais e dados de geolocalização, utilizando como ferramenta o *Google Earth*. Os dados foram submetidos ao cálculo de dois indicadores, a saber: o Indicador de Desenvolvimento e Acesso Cultural (IDAC-absoluto) e o Indicador de Distribuição Territorial de Espaços de Lazer (IDTEL-absoluto). Em relação ao IDAC (eq./hab.), aferiu-se que os bairros mais centrais, como Campina e Cidade Velha, tiveram melhores resultados do que os bairros considerados periféricos, como Barreiro e Pratinha. Na mesma direção, embora a extensão territorial tenha influência significativa no IDTEL (ha./eq.), há uma clara diferença entre bairros mais e menos afastados do centro da cidade. Tomando-se como exemplo o bairro do Barreiro, um dos bairros com menor extensão territorial, observou-se que o seu indicador foi um dos mais baixos. Evidenciou-se, portanto, que Belém é expressa pela lógica de que quanto mais longe do centro urbano, menos serviços e equipamentos são disponibilizados à população. Cumpre salientar que os espaços mapeados convergem com a compreensão do lazer convencional, o qual, historicamente, têm definido o que é lazer, em que espaço e tempo deve ocorrer e quem pode ser seu beneficiário.

**Palavras-chave:** Lazer. Belém. Espaços convencionais. Parques recreativos. Periferia.

## CONVENTIONAL LEISURE AREAS IN BELÉM (PA), BETWEEN THE CENTER AND THE GHETTO: WHAT AND FOR WHOM LEISURE ARE WE TALKING ABOUT?

**Abstract:** In several societies around the world, the use of the city and its leisure areas was surrounded by excluding and segregating senses. Thereby, mapping the conventional leisure spaces in Belém (PA) was the objective of this work, to later analyze the relationship between centralized and ghettos neighborhoods, as well as their territorial extensions and populations. For this purpose, bibliographical and documental research were made, through the use of official documents and geolocation data, applying Google Earth as a tool. Data were submitted for calculation of two indicators, namely: the Development and Access to Culture Index (IDAC-absolute) and the Territorial Distribution of Leisure Areas Index (IDTEL-absolute). Regarding the IDAC (eq./hab.), it was found that the more central neighborhoods, such as Campina and Cidade Velha, had better results than the ghetto ones, such as Barreiro and Pratinha. Nevertheless, although territorial extension has a significant influence on IDTEL (ha./eq.), there is a clear

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Este compreende um recorte da dissertação de mestrado do primeiro autor, intitulada: "Matando a fome de lazer 'lá no meu setor': práticas e sociabilidades na periferia de Belém (PA)", sob orientação da segunda autora.

<sup>2</sup> Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), [flaviohslobato@gmail.com](mailto:flaviohslobato@gmail.com), <https://orcid.org/0000-0001-9368-2650>.

<sup>3</sup> Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental e Docente Adjunto do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), [mirleidebahia@gmail.com](mailto:mirleidebahia@gmail.com), <https://orcid.org/0000-0001-7168-2019>.

difference between neighborhoods more and less distant from the city center. Taking Barreiro as an example, one of the smallest neighborhoods in territorial extension, it was noted one of the lowest indicators. It became evident, therefore, the idea that the farther away from the urban center, the fewer services and equipment are made available in Belém. It should be noted that the mapped spaces converge with the understanding of conventional leisure, which, historically, has defined what leisure is, in what space and time it should take place and who can benefit from it.

**Keywords:** Leisure. Belém. Conventional areas. Parks recreational. Ghetto.

## ESPACIOS DE OCIO CONVENCIONALES EN BELÉM (PA), ENTRE EL CENTRO Y LA PERIFERIA: ¿DE QUÉ OCIO ESTAMOS HABLANDO Y PARA QUIÉN?

**Resumen:** El uso de la ciudad y sus espacios de ocio, en diversas sociedades del mundo, ha estado atravesado por lógicas excluyentes y segregadoras. En vista de ello, este trabajo tuvo como objetivo mapear los espacios de ocio convencionales en Belém (PA), con la finalidad de analizar tanto la relación entre los barrios centrales y periféricos, como la extensión territorial y el número de habitantes. Para lograrlo, se realizó una investigación bibliográfica y documental, a partir de documentos oficiales y datos de geolocalización, utilizando como herramienta Google Earth. Los datos fueron sometidos al cálculo de dos indicadores, a saber: el Indicador de Desarrollo y Acceso Cultural (IDAC-absoluto) y el Indicador de Distribución Territorial de Espacios de Ocio (IDTEL-absoluto). En relación con el IDAC (eq./habitante), se confirmó que los barrios más céntricos, como Campina y Cidade Velha, tuvieron mejores resultados que los barrios considerados periféricos, como Barreiro y Pratinha. En este mismo sentido, aunque la extensión territorial tiene una influencia significativa en el IDTEL (ha./eq.), existe una clara diferencia entre los barrios más y menos alejados del centro de la ciudad. Tomando como ejemplo el barrio Barreiro, uno de los que tiene menor extensión territorial, se observó que su indicador era de los más bajos. Queda claro, por tanto, que Belém se expresa con la lógica de que cuanto más lejos del centro urbano, menos servicios y equipamientos se ponen a disposición de la población. Cabe acotar que los espacios cartografiados confluyen en la comprensión del ocio convencional, que, históricamente, ha definido qué es el ocio, en qué espacio y tiempo ejercerlo y quién puede ser su beneficiario.

**Palabras clave:** Ocio. Belém. Espacios convencionales. Parques recreativos. Periferia.

## INTRODUÇÃO

Em Belém, o projeto urbanístico adotado durante o governo do intendente Antônio Lemos privilegiou as áreas centrais da cidade, sendo as concepções de higienização, de saúde, de facilidade de circulação, de conforto e de vocação para o lazer os ideais norteadores do projeto (ROCQUE, 1996). Com a efetivação de suas propostas, a estrutura urbana da parte central de Belém passou por transformações substanciais, seguindo a tendência das cidades europeias (SARGES, 1998). Nesse contexto, diversos estudos apontam que o projeto de desenvolvimento urbano de Lemos também refletiu na dinâmica do lazer, pois foram criados, reorganizados e reabertos diversos espaços voltados para o lazer da cidade, ainda que apenas de uma minoria (BAHIA, 2012; FRANÇA, 2009, 2018; SANTOS, 2010). Santos (2010) destaca

que todos esses investimentos permitiram que a vida social da elite da cidade fosse mais agitada, sendo comum no entretenimento da *Paris N'América* apresentações artísticas no Teatro da Paz. Nessa época, a elite tinha preferência pela realização de passeios nas praças, a fim de buscar demonstrar e (re)afirmar seu *status*, onde a lógica do lazer era norteada pela máxima “para ver e ser visto” (BAHIA, 2012).

De outro lado, o banho de rio ou de igarapé se caracterizava como uma vivência de lazer usufruída, normalmente, pela população de baixa renda – a qual compreendia uma tradição herdada dos povos indígenas. Tais espaços se configuravam como espaços elementares da expressão lúdica e da criação de relações com a natureza. (BAHIA, 2012). No entanto, durante o transcorrer da história, muitos igarapés foram aterrados e contornados, alguns desapareceram e outros tomaram cursos diferentes (ALMEIDA, 2010). Assim, as intervenções urbanas de embelezamento da cidade podem ser interpretadas também como uma forma de ruptura das relações entre natureza e cultura, em que os mais pobres foram “empurrados” para espaços longe da “civildade”, onde a floresta mais densa ainda estava de pé e os igarapés eram muito comuns.

Nesse cenário, pode-se notar como a cidade era (e continua a ser) utilizada de diferentes modos pelas distintas classes sociais. Acredita-se que a classe mais pobre tinha relações mais estreitas com a natureza. Na mentalidade da elite, a natureza era percebida como um espaço de contemplação e não de habitação, pois representava o espaço do atraso, aonde a modernidade ainda precisaria chegar. A cidade, não considerada enquanto espaço da natureza, se configurava como o lugar de civilidade, na qual a natureza aparecia apenas com fins de ornamentação e de embelezamento (ROCQUE, 1996). Portanto, a utilização da cidade e dos espaços e equipamentos<sup>4</sup> de lazer, em Belém, foi historicamente envolta por segregações.

Ao ser utilizado de maneira estratégica, funcionalista e instrumentalizada, o direito ao lazer vem, historicamente, sendo violado, se transformando em uma problemática recorrente nas cidades (MARCELLINO, 2006). Com efeito, é notável a centralização de espaços (públicos e privados) de lazer convencionais e bem estruturados em diversas cidades. Tais processos de centralização privilegiaram os consumidores com alto e médio poder aquisitivo e, por

---

<sup>4</sup> As definições de espaços e de equipamentos de lazer são comumente empregadas sob perspectivas errôneas, por vezes como sinônimos. Entretanto, Santini (1993 *apud* MARCELLINO, 2006) discorre que os espaços de lazer podem ser estabelecidos em toda ou qualquer porção do espaço geográfico ou espaço natural com possibilidades para o usufruto do lazer. Eles, portanto, são a base materialização dos equipamentos de lazer. Estes últimos, dependendo da dimensão, compreendem as (infra)estruturas que (re)organizam espaços, a fim de possibilitar e dinamizar a promoção de atividades de lazer. Em meio a esta discussão, Marcellino (2006, p. 67) assinala que “[...] é possível se exercer atividades de lazer sem equipamento, mas não é possível o lazer sem a existência de um espaço. Democratizar o lazer implica democratizar o espaço”. Assim, neste trabalho, optou-se por utilizar o termo “espaço” como uma categoria mais ampla, a qual também contempla aos chamados “equipamentos” de lazer.

consequente, excluíram os mais pobres. Esse cenário de centralização não se estabeleceu somente sob as perspectivas geográfica e econômica – que viu as áreas mais centrais das cidades como locais propícios para a comercialização do “lazer mercadoria” –, mas também sob uma lógica simbólica (FRANÇA, 2009) que segrega em uma linha imaginária o tecido urbano (LEFÈBVRE, 1991) entre pobres e ricos.

Pelo exposto, ponderando que a configuração espacial hodierna do lazer, em Belém, é derivada desses processos históricos, se objetivou mapear os espaços convencionais de lazer em Belém (PA), a fim de analisar a relação entre os bairros centrais e periféricos, bem como a extensão territorial e o número de habitantes. Para alcançar tal objetivo, neste estudo de abordagem qualitativa e quantitativa, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, tendo sido coletados os dados a partir das bases do IBGE, do *Google Earth* e da SEMMA, além do Inventário da Oferta Turística da BELÉMTUR, da Prefeitura de Belém. Os dados obtidos foram submetidos ao cálculo de dois indicadores, a saber: o Indicador de Desenvolvimento e Acesso Cultural (IDAC-absoluto) (MELO; PERES, 2005) – que calculou a relação entre o número de espaços de lazer e os habitantes – e o Indicador de Distribuição Territorial de Espaços de Lazer (IDTEL-absoluto) – que considerou a razão entre a área de cada um dos bairros (hectares) e o número de espaços presentes neles.

## **O (DIREITO AO) LAZER E SEUS ESPAÇOS NA CIDADE: UMA BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA**

A construção social do direito ao lazer vem sendo configurada há bastante tempo. Porém, é somente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos que há uma maior concretude, pois ficou estabelecido, em seu artigo XXIV, que “[...] toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias periódicas remuneradas” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, p. 11). No contexto brasileiro, é na Constituição Federal de 1988 que o lazer surge, pela primeira vez, na letra da lei brasileira como um direito social (BRASIL, 1988). A partir de então, o lazer se configura como uma responsabilidade do Estado, devendo este, segundo a CF, ser fomentado como forma de promoção social (GOMES; ISAYAMA, 2015).

Diferentemente de outros direitos efetivados constitucionalmente, segundo Gomes e Isayama (2015), não há nenhum dispositivo que trate do lazer como direito social de modo específico, o qual deveria apresentar princípios, diretrizes, objetivos e outras disposições, capazes de orientar a materialização de políticas públicas de promoção do lazer. Portanto, a

legislação atual é considerada, por Lopes (2017), como generalista e sem detalhamento basilar para efetivar tal direito. No cerne dessa discussão, autores como Marcellino (2006), ao analisar a concepção de “promoção social”, observa que ela compreende o lazer em uma perspectiva funcionalista de utilidade, não como uma necessidade humana importante para o desenvolvimento humano e social (GOMES, 2014).

Na realidade tanto brasileira quanto mundial, o lazer, aquém de um direito humano, estrategicamente, tem sido observado sob abordagens funcionalistas, como a moralista, a compensatória e a utilitarista (MARCELLINO, 1987). A necessidade humana de lazer, pois, ao ser utilizada e transformada como mercadoria pelo sistema capitalista, conforme os seus interesses, “funciona” como um fator de compensação diante das 44 (quarenta e quatro) horas médias semanais de trabalho e às demais obrigações sociais que o indivíduo possui (CAMARGO, 1986). Dessa maneira, o lazer é utilizado pelo Estado e pela iniciativa privada, sobretudo, como um apaziguador das tensões sociais (MARCELLINO, 1987), ou seja, uma valiosa ferramenta que, além de controlar os ânimos, mantém a ordem social.

Diante desse cenário, o direito social ao lazer emerge com a dinâmica do **lazer convencional**. Criada pelo ser humano, (re)criada e fetichizada pelo capital, promovida pela mídia e legitimada oficial e institucionalmente em governos, essa dinâmica tem determinado, ao longo da história, sob uma perspectiva hegemônica, formas convencionais do que seria, de como deveria ser e em que espaços e tempos deveria ocorrer o lazer. Em outras palavras, por meio dessa concepção, foram concebidos conceitos, espaços, equipamentos e práticas de um lazer previamente “pronto”, que impõe às mais diversas sociedades que apenas certas formas de vivenciar o lazer seriam legítimas. Essa compreensão se encontra tão enraizada no imaginário popular que muitas pessoas são norteadas por elas e reproduzem-nas inconscientemente. Destarte, como convenção social, o lazer passou a ser visto de modo restrito pela sociedade.

Como resultado, Marcellino (2006) reitera que atualmente algumas faces do lazer se tornaram um verdadeiro bem econômico, uma mercadoria que, juntamente com o processo de especulação imobiliária das grandes e médias cidades, tem promovido a valorização desmedida de áreas centrais com a construção e gentrificação de espaços públicos e privados de lazer. Este processo, porém, tem gerado uma centralização desses espaços na cidade, bem como grandes disparidades entre as áreas centrais e as periféricas. Tal cenário de exclusão de acesso a espaços de lazer é fruto: 1) de certa inércia do poder público em não conceber espaços para acompanhar o processo de crescimento das cidades e de especulação imobiliária (SANTOS, 2010) e 2) da apropriação e da transformação do lazer, pela indústria cultural, em mais uma

arma poderosa de alienação e obtenção de lucro (WERNECK; ISAYAMA, 2001).

Esse processo traz reverberações aos espaços públicos e seus usos, pois, de “[...] lugar da reunião em ato, do encontro, da proximidade entre membros de uma determinada sociedade” (CARLOS, 2014, p. 475), muitos passam a ter uso privado, nos quais barreiras simbólicas filtram quem pode deles usufruir. Por outro lado, com frequência, muitos espaços públicos são perfilados pela insegurança e pela deficiente ou ausente infraestrutura, uma vez que não são vistos como áreas prioritárias do capital (SERPA, 2009). Segundo Situba (2018), o abandono desses espaços por parte do Estado também dificulta ou afasta a população de vivenciá-los. Assim, nota-se certa “preferência” de algumas pessoas em utilizar, com mais frequência, os espaços privados em vez de os públicos (SOUZA; LOBATO; GUEDES, 2020).

A função social do espaço público – como “[...] espaço simbólico, da reprodução de diferentes ideais de cultura, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos [...]” (SERPA, 2009, p. 9) – perde sua essência nesse contexto. A natureza do espaço público, pois, vai além da dimensão física, está condicionada, em verdade, pela dimensão simbólica, a qual dá sentido à sua existência (GOMES, 2018). Logo, quando há restrições quanto ao seu uso, o espaço público deixa de considerar “[...] as amplas possibilidades de usos e carga simbólica, o livre acesso e a liberdade de escolha quanto ao compartilhamento, ou não, de experiências” (FRANÇA, 2018, p. 23).

Nesses casos, as interações e as relações sociais tendem a ser mediadas por lógicas do capital. Tais lógicas limitam quais as práticas e as *performances* urbanas podem ser projetadas nesses espaços. Bahia e Figueiredo (2012) assinalam que essa situação, por conseguinte, privilegia as pessoas de classes mais favorecidas, pois as manifestações culturais, nesses espaços, não são diversificadas e seguem um padrão “culto”. Acerca dessa questão, Pereira (2019, p. 124) ressalta que “[...] muitos usuários conseguem vivenciar o lazer, mas muitas vezes este se apresenta de forma ‘regulada’, com certa vigilância, sem muita liberdade, visualizadas nas normas e regras impressas no ‘agir’ dos funcionários”. Esses usuários, contudo, não estão por completo à *mercê* dessas lógicas, uma vez que também são encontradas *performances* mais livres e com certa digressão às normas impostas nesses espaços. Esses usos, para Pereira (2019, p. 124), “[...] revelam-se como pequenas resistências e demonstração de contraposição à lógica de consumo [...]”. Sob outro prisma, tais usos contribuem para a valorização de expressões que antes eram invisibilizadas ou silenciadas, sendo também uma oportunidade de conhecê-las melhor, assim como as suas dinâmicas.

No bojo dessa discussão, cumpre destacar que Lefèbvre (1991), em “O direito à cidade”, postulava que o Estado contribui para a segregação nas cidades, transformando o “tecido

urbano” no espaço das diferenças, marcadas, visivelmente, pela materialidade da vida. Embora o autor deixe claro que a cidade não é conformada tão somente pelo material, é também resultante das relações sociais tecidas sobre o espaço, o que o torna dinâmico e dual: material e imaterial. Por assim ser, a cidade ganha vida a partir das demandas sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais, ainda que nem sempre emanadas das massas. Na visão de Harvey (2012, p. 74), o direito à cidade é um dos mais valiosos e negligenciados direitos, visto que “[...] nos é tomada [...] a liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos”.

## **DISTRIBUIÇÃO DOS ESPAÇOS CONVENCIONAIS DE LAZER EM BELÉM (PA): ENTRE O CENTRO E A PERIFERIA**

A configuração espacial hodierna do lazer, em Belém, é derivada de diversos processos históricos mediados por ideais da modernidade. Na cidade, existe uma má distribuição de espaços de lazer, em que muitos bairros, sobretudo, nos mais distantes do centro, possuem opções restritas (BAHIA, 2012). Nessa perspectiva, Santos (2010, p. 91) reitera que “[...] existe a concentração de espaços nos bairros mais antigos e centrais em detrimento dos bairros mais novos e mais periféricos da cidade [...]”. Logo, Belém é expressa pela lógica de que quanto mais longe do centro urbano, menos serviços e equipamentos são disponibilizados à população. Observa-se, ainda, que as periferias mais antigas, no geral, são aquelas que apresentam melhores avanços no estabelecimento de direitos fundamentais, possivelmente, por serem novas áreas de interesse do capital imobiliário.

Essa situação foi apresentada pelo estudo de Bahia *et al.* (2008), ao observar, no levantamento realizado em 2006, que – com exceção do bairro do Castanheira –, todos os demais bairros e distritos possuíam, pelo menos, uma praça como espaço de lazer, havendo, em alguns bairros, como Marambaia e Campina, respectivamente, 34 e 16 das 229 praças existentes na cidade à época da pesquisa. Na época da pesquisa (BAHIA *et al.*, 2008), foram catalogados 313 espaços – 229 praças, 18 museus, 6 teatros, 21 salas de cinema, 3 parques, 4 mercados, 2 fortes, 6 igrejas, 6 bibliotecas, 16 memoriais/complexos culturais-esportivos e 2 *shoppings*.

Após 15 anos, em 2021, foi realizado um novo levantamento dos principais espaços convencionais de lazer em Belém, incluindo novos espaços e outros bairros. Com os resultados sistematizados na Tabela 1, foram catalogados 382 espaços, sendo: 246 praças, 14 museus/memoriais, 14 teatros, 8 cinemas, 10 parques, 19 mercados, 12 orlas, 19 igrejas, 12 bibliotecas, 22 complexos culturais-esportivos e 6 *shoppings*. Ao aferir os demais dados,

constatou-se que oito bairros tinham apenas praças como espaços convencionais de lazer, a exemplo dos bairros do Barreiro, da Condor e de Miramar, os quais apresentavam, cada um, apenas uma praça disponível para os seus residentes. Nesse sentido, evidencia-se que a praça persiste nas políticas públicas como a principal opção de espaço de lazer.



**Tabela 1:** Distribuição dos espaços convencionais de lazer em bairros/distritos de Belém (PA)

Bairro ou Distrito	Praça	Museu/Memorial	Teatro	Cinema	Parque	Mercado	Orla	Igreja*	Biblioteca	Compl. Cultural Esp.**	Shopping	Total
1. Barreiro	01	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	1
2. Batista Campos	04	01	02	01	---	---	---	---	01	---	01	10
3. Benguí	07	---	---	---	---	01	---	---	---	---	---	8
4. Campina	24	---	06	01	---	03	01	05	02	01	---	43
5. Canudos	02	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	2
6. Castanheira	---	01	---	01	---	---	---	---	---	---	01	3
7. Cidade Velha	12	04	---	---	01	01	01	04	---	03	---	26
8. Condor	01	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	1
9. Coqueiro	20	---	---	---	01	---	---	---	---	01	---	22
10. Cremação	02	---	---	---	---	---	---	---	01	---	---	3
11. Curió-Utinga	04	---	---	---	01	---	---	---	---	---	---	5
12. DAICO	11	---	---	---	01	01	01	02	01	02	---	19
13. DAMOS	19	---	---	---	01	04	06	02	---	---	---	32
14. DAOUT	03	---	---	---	---	---	01	02	---	---	---	6
15. Fátima	07	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	7
16. Guamá	05	---	---	---	---	01	---	---	02	---	---	8
17. Jurunas	09	---	---	---	---	01	01	---	---	01	---	12
18. Mangueirão	03	---	---	01	---	---	---	---	---	02	01	7
19. Maracangalha	03	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	3
20. Marambaia	37	---	---	---	02	01	---	---	---	---	---	40
21. Marco	06	---	01	---	01	01	---	---	01	05	---	15
22. Miramar	01	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	1
23. Montese***	05	---	---	---	---	01	---	---	---	---	---	6
24. Nazaré	02	04	---	02	---	---	---	02	02	03	---	15
25. Parque Verde	---	---	---	01	---	---	---	---	---	---	01	2
26. Pedreira	04	---	---	---	---	01	---	---	---	---	---	5
27. Pratinha	02	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	2
28. Reduto	04	---	---	01	---	---	---	---	---	---	01	6
29. Sacramento	06	---	---	---	---	---	---	---	---	---	01	7
30. São Brás	07	02	02	---	02	01	---	01	---	01	---	16
31. Souza	09	01	---	---	---	---	---	---	---	02	---	12
32. Tapanã	10	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	10
33. Telégrafo	03	---	01	---	---	01	---	---	01	---	---	6
34. Umarizal	05	---	02	---	---	01	01	01	01	01	---	12
35. Val-de-Cans	08	01	---	---	---	---	---	---	---	---	---	9
<b>Total</b>	<b>246</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>19</b>	<b>12</b>	<b>19</b>	<b>12</b>	<b>22</b>	<b>6</b>	<b>382</b>

**Legenda:** \* Igrejas com importância patrimonial e/ou apelo turístico. | \*\* Complexo Cultural-Esportivo | \*\*\* Montese é conhecido como Terra Firme. | DAICO – Distrito de Icoaraci | DAMOS – Distrito de Mosqueiro | DAOUT – Distrito de Outeiro.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir de dados da SEMMA (2016), do Inventário da Oferta Turística de Belém (2020) e do Google Earth (2021).

Convém ressaltar que os Distritos Administrativos de Icoaraci, Outeiro e Mosqueiro não foram analisados a partir dos bairros, uma vez que os documentos e as bases de dados acessadas não identificarem, por vezes, a localização precisa de muitos espaços de lazer. Mesmo após intensos esforços para tentar identificar e situar alguns espaços de lazer pelo *Google Earth*, não foi possível fazer esse mapeamento por bairro. Assim, para que não ficassem de fora do estudo, optou-se por trabalhar essas porções da cidade como distritos. Evidentemente, isso refletiu nos cálculos dos indicadores, nas classificações atribuídas e, conseqüentemente, na caracterização visual dos mapas.

Conquanto, nesses últimos 15 anos, novos espaços tenham sido criados, certamente, esse quantitativo não é suficiente para atender à população de Belém. Para constatar essa questão, calculou-se o Indicador de Desenvolvimento<sup>5</sup> e Acesso Cultural (IDAC-absoluto), criado por Melo e Peres (2005), que se trata de uma metodologia que permite calcular a relação entre o número de espaços e os habitantes e evidenciar (Equação 1), para mensurar o acesso a espaços de lazer. De acordo com os autores, o IDAC tem uma escala de variação entre 0-1 ( $0 \geq \text{IDAC} \leq 1$ ), em que zero (0) corresponderia a não existência de nenhum tipo de espaço para a população e um (1), numa situação hipotética, demonstraria que cada habitante teria à sua disposição pelo menos um espaço. Logo, um maior indicador implica uma maior quantidade de espaço por habitante.

$$\text{IDAC}(x) = \frac{\text{Total de Espaços de Lazer}(x)}{\text{Número de habitantes}(x)}$$

(1)

Onde: x é o bairro ou o distrito

Ao considerar que o IDAC demonstra uma situação para além da distribuição e concentração dos espaços, revelando disparidades de acesso, aplicou-se essa ferramenta à situação de Belém, considerando os dados da pesquisa. De posse dos resultados (Tabela 2 e Mapa 1), foi possível reiterar que os bairros e os distritos não possuíam, minimamente, um número de espaço necessários para atender aos seus habitantes. Por outro lado, numa comparação entre eles, notou-se que alguns apresentam melhores indicadores que outros. Além

---

<sup>5</sup> Conforme os autores, é preciso “[...] ter em conta que o IDAC de modo algum expressa se uma determinada população é mais ou menos desenvolvida culturalmente do que outra; inclusive acreditamos que qualquer tentativa nesse sentido partiria de uma perspectiva limitada e etnocêntrica de cultura. O Indicador trata-se apenas de uma tentativa de revelar as desigualdades a que uma determinada população está sujeita no que se refere à facilidade ou não de acesso aos equipamentos culturais (considerando-se nesse caso o local de residência)” (MELO; PERES, 2005, p. 141).

dessas questões, considerando que não há um nível “Ótimo”, os indicadores foram classificados em quatro níveis, a saber: “Bom”, “Regular”, “Baixo” e “Péssimo”.

Assim, aferiu-se que os bairros mais centrais, como Campina (0,00069 esp./hab), Nazaré (0,00073 esp./hab) e Cidade Velha (0,00214 esp./hab), tiveram melhores resultados do que bairros considerados periféricos, como Condor (0,00002 esp./hab), Barreiro (0,00003 esp./hab) e Parque Verde (0,00005 esp./hab). Os dados demonstram que, embora o bairro da Marambaia possuísse, na época da pesquisa, o maior número de espaços (40) na cidade, teve um IDAC de 0,00059 esp./hab, classificado como “Regular” em relação aos demais bairros. Dito de outra forma, o número total de espaços de lazer não é suficiente para atender ao seu contingente populacional (66.708 habitantes).

**Tabela 2:** Indicador de Desenvolvimento e Acesso Cultural em Belém (PA)

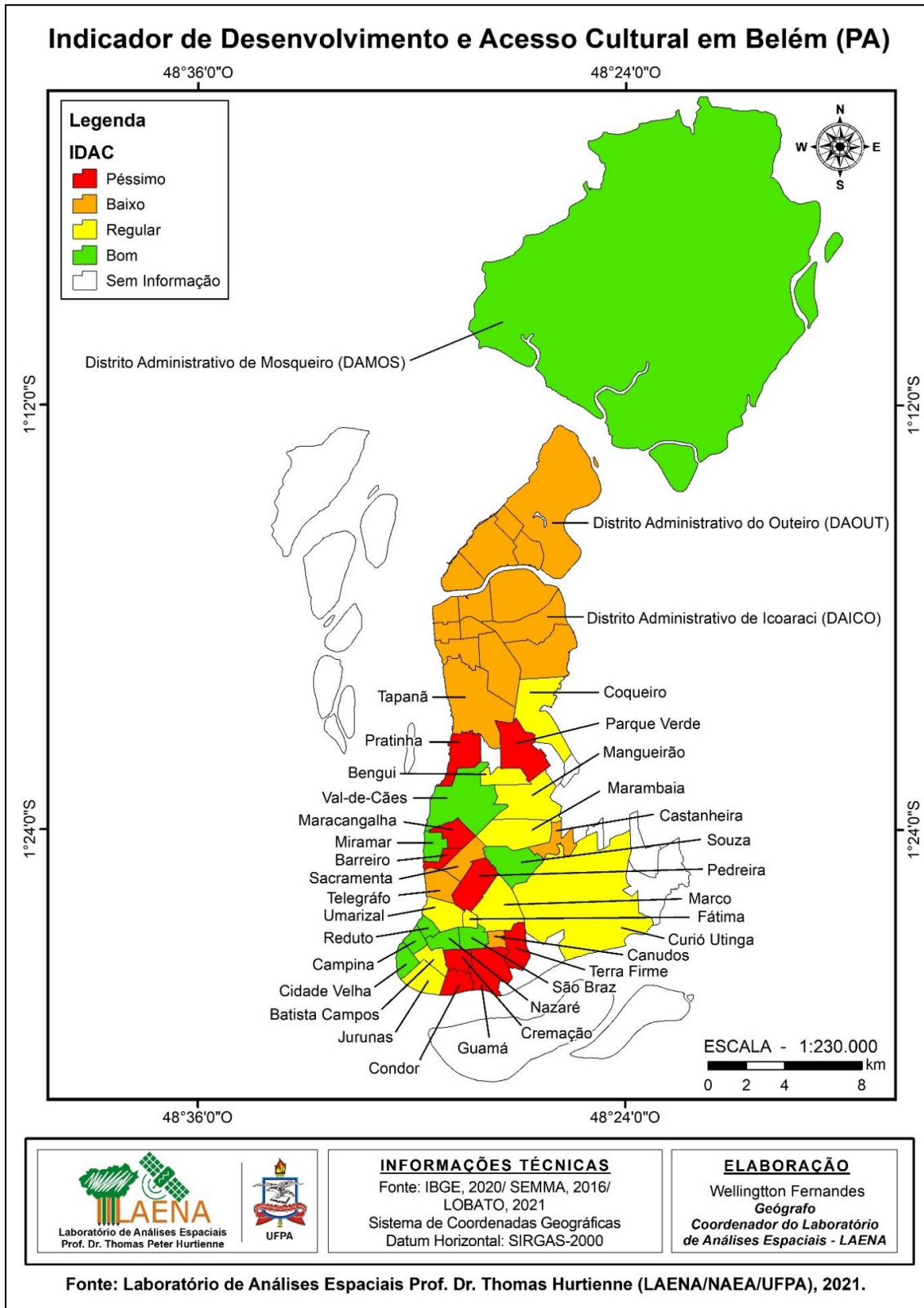
Bairro ou Distrito	Nº de Espaços	População (hab.)	IDAC (espaço/hab.)	Nível do Indicador
Cidade Velha	26	12.128	0,00214	Bom
Miramar	1	515	0,00194	Bom
Val-de-Cans	9	7.032	0,00127	Bom
DAMOS	32	33.232	0,00096	Bom
Reduto	6	6.373	0,00094	Bom
Souza	12	13.190	0,00090	Bom
São Brás	16	19.936	0,00080	Bom
Nazaré	15	20.504	0,00073	Bom
Campina	43	6.156	0,00069	Bom
Marambaia	40	66.708	0,00059	Regular
Fátima	7	12.385	0,00056	Regular
Batista Campos	10	19.136	0,00052	Regular
Coqueiro	22	51.776	0,00042	Regular
Umarizal	12	30.090	0,00039	Regular
Curió-Utinga	5	16.642	0,00030	Regular
Benguí	8	29.379	0,00027	Regular
Marco	15	65.844	0,00022	Regular
Mangueirão	7	36.224	0,00019	Regular
Jurunas	12	64.478	0,00018	Regular
DAOUT	6	38.731	0,00015	Baixo
Sacramenta	7	44.413	0,00015	Baixo
Canudos	2	13.804	0,00014	Baixo
<b>Tapanã</b>	10	<b>66.669</b>	<b>0,00014</b>	Baixo
Telégrafo	6	42.953	0,00013	Baixo
Castanheira	3	24.424	0,00012	Baixo
DAICO	19	167.035	0,00011	Baixo
Cremação	3	31.264	0,00009	Péssimo
Maracangalha	3	30.534	0,00009	Péssimo
Montese	6	61.439	0,00009	Péssimo
Guamá	8	94.610	0,00008	Péssimo
<b>Pratinha</b>	2	<b>22.589</b>	<b>0,00008</b>	Péssimo
Pedreira	5	69.608	0,00007	Péssimo
Parque Verde	2	39.126	0,00005	Péssimo
Barreiro	1	26.003	0,00003	Péssimo
Condor	1	42.758	0,00002	Péssimo

**Classificação:**

$0,00060 > X \leq 0,00070$	$0,00015 > X \leq 0,00060$	$0,00010 > X \leq 0,00015$	$X \leq 0,00010$
Bom	Regular	Baixo	Péssimo

Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir de dados do IBGE (2010), da SEMMA (2016), do Inventário da Oferta Turística de Belém (2020) e do Google Earth (2021).

**Mapa 1: Indicador de Desenvolvimento e Acesso Cultural em Belém (PA)**



Fonte: Elaborado pelo autor (2021) e produzido pelo LAENA/NAEA/UFGA (2021), a partir de dados do IBGE (2010), do Anuário de Belém (2011), da SEMMA (2016), do Inventário da Oferta Turística de Belém (2020) e do Google Earth (2021).

No Mapa 1, acima, ao se demonstrar que o Distrito Administrativo de Mosqueiro possui um indicador “Bom”, é importante considerar que, se fosse possível pormenorizar essa análise, certamente existiriam bairros com mais e menos espaços de lazer dentro desse distrito. Logo, se evidenciaria uma dinâmica muito similar a presente nas outras partes da cidade de Belém, visto que os bairros do Chapéu Virado, do Farol e da Vila apresentam melhor infraestrutura que outros bairros considerados periféricos. No âmbito dessa questão, é importante sinalizar que tais dados são reflexo das várias transformações ocorridas da Ilha do Mosqueiro, segundo Pinheiro et al. (2020), no século XIX – como a edificação de praças, pontes, chalés e casas de veraneio com materiais importados de outros países, com a finalidade de dar conforto às elites, que residiam no centro da cidade e passavam temporadas na ilha.

Na mesma perspectiva do indicador, criado por Melo e Peres (2005), calculou-se a razão entre a área de cada um dos bairros (hectares) e o número de espaços presentes neles (Equação 2). Essa expressão matemática resultou em um valor que corresponde a quantos hectares um único espaço estaria à disposição da população. Desse modo, o que se optou por chamar aqui de Indicador de Distribuição Territorial de Espaços de Lazer (IDTEL-absoluto) ( $0 \geq \text{IDTEL} \leq 1$ ) pode variar entre nenhum espaço na área total do bairro e, utopicamente, indicar que para cada hectare do bairro (ou menos) haveria um espaço de lazer à disposição da população. Para se ter uma dimensão, é conveniente salientar que um hectare representa, aproximadamente, um campo de futebol ( $90 \times 120\text{m} = 10.800 \text{m}^2$ , ou 1,08 ha.).

$$\text{IDTEL}(x) = \frac{\text{Extensão Territorial}(x)}{\text{Total de Espaços de Lazer}(x)}$$

(2)

Onde: x é o bairro ou o distrito

Nos dados apresentados na Tabela 3 e no Mapa 2, evidenciou-se – ainda que a extensão territorial tenha influência no indicador de distribuição dos espaços – uma clara diferença entre bairros mais e menos afastados do centro da cidade. Em virtude disso, como no IDAC, em uma análise comparativa entre os bairros e os distritos, os IDTEL também foram classificados em níveis de “Péssimo” a “Bom”. Novamente, pontua-se que essa classificação em nada isenta a insuficiência de espaços para atender à população na cidade, apenas compara os bairros e os distritos acerca do quantitativo e da distribuição dos espaços de lazer.

**Tabela 3:** Indicador de Distribuição Territorial de Espaços de Lazer em Belém (PA)

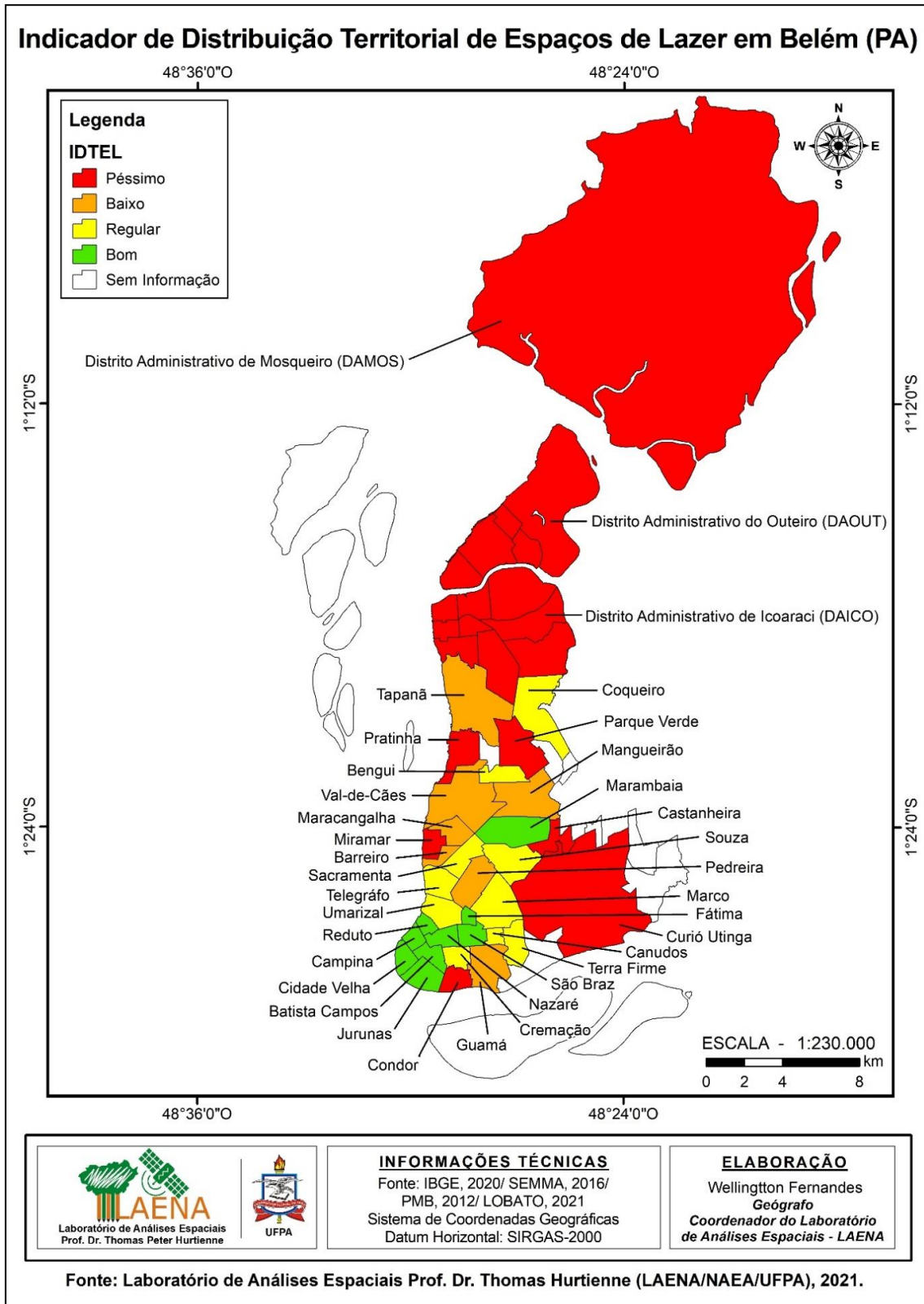
Bairro ou Distrito	Extensão territorial (hectares)	Nº de Espaços	IDTEL (ha/espaço)	Nível do Indicador
Campina	102,81	43	2,39	Bom
Cidade Velha	125,79	26	4,83	Bom
Fátima	61,89	7	9,69	Bom
Nazaré	151,32	15	10,08	Bom
São Brás	162,63	16	10,16	Bom
Marambaia	503,18	40	12,57	Bom
Reduto	82,17	6	13,69	Bom
Batista Campos	142,71	10	14,27	Bom
Jurunas	235,82	12	19,65	Bom
Umarizal	262,95	12	21,91	Regular
Benguí	197,29	8	24,66	Regular
Coqueiro	686,41	22	31,20	Regular
Marco	489,23	15	32,61	Regular
Sacramenta	237,33	7	33,90	Regular
Souza	411,30	12	34,27	Regular
Telégrafo	222,32	6	37,05	Regular
Canudos	77,73	2	38,86	Regular
Montese	243,66	6	40,61	Regular
Cremação	147,51	3	49,17	Regular
Guamá	417,54	8	52,19	Baixo
Maracangalha	199,22	3	66,40	Baixo
Pedreira	368,34	5	73,66	Baixo
Mangueirão	611,90	7	87,41	Baixo
Barreiro	92,75	1	92,75	Baixo
Val-de-Cans	876,48	9	97,38	Baixo
<b>Tapanã</b>	<b>999,35</b>	<b>10</b>	<b>99,93</b>	<b>Baixo</b>
Castanheira	211,76	3	105,88	Péssimo
Miramar	147,38	1	147,38	Péssimo
<b>Pratinha</b>	<b>328,42</b>	<b>2</b>	<b>164,21</b>	<b>Péssimo</b>
Condor	170,88	1	170,88	Péssimo
DAICO	3.315,34	19	174,49	Péssimo
Parque Verde	509,68	2	254,84	Péssimo
Curió-Utinga	2.976,64	5	595,32	Péssimo
DAMOS	21.967,33	32	686,47	Péssimo
DAOUT	11.026,28	6	1.837,71	Péssimo

**Classificação:**

$X \leq 20,00$ (ha/ eq.)	$20,00 > X \leq 50,00$	$50,00 > X \leq 100,00$	$X > 100,00$ (ha/ eq.)
Bom	Regular	Baixo	Péssimo

Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir de dados do IBGE (2010), do Anuário de Belém (2011), da SEMMA (2016), do Inventário da Oferta Turística de Belém (2020) e do Google Earth (2021).

Mapa 2: Indicador de Distribuição Territorial de Espaços de Lazer em Belém (PA)



Fonte: Elaborado pelo autor (2021) e produzido pelo LAENA/NAEA/UFPA (2021), a partir de dados do IBGE (2010), do Anuário de Belém (2011), da SEMMA (2016), do Inventário da Oferta Turística de Belém (2020) e do Google Earth (2021).



Tomando-se como exemplo o bairro do Barreiro, um dos bairros com menor extensão territorial (92,75 ha.), observou-se que o seu IDTEL foi um dos mais baixos (92,75 ha./esp.). Em muitos casos, o IDTEL de alguns bairros periféricos, como Curió-Utinga (595,32 ha./esp.), Pratinha (164,21 ha./esp.) e Condor (170,88 ha./esp.), chegam a ser maior que a área total de bairros localizados no centro de Belém, como o bairro da Campina (151,32 ha.), da Cidade Velha (125,79 ha.) e de Nazaré (151,32 ha.). Diante disso, esses bairros apresentaram os melhores indicadores, em que, para 1 espaço de lazer: na Campina havia 2,39 (ha.), na Cidade Velha havia 4,83 (ha.) e em Nazaré havia 10,08 (ha.).

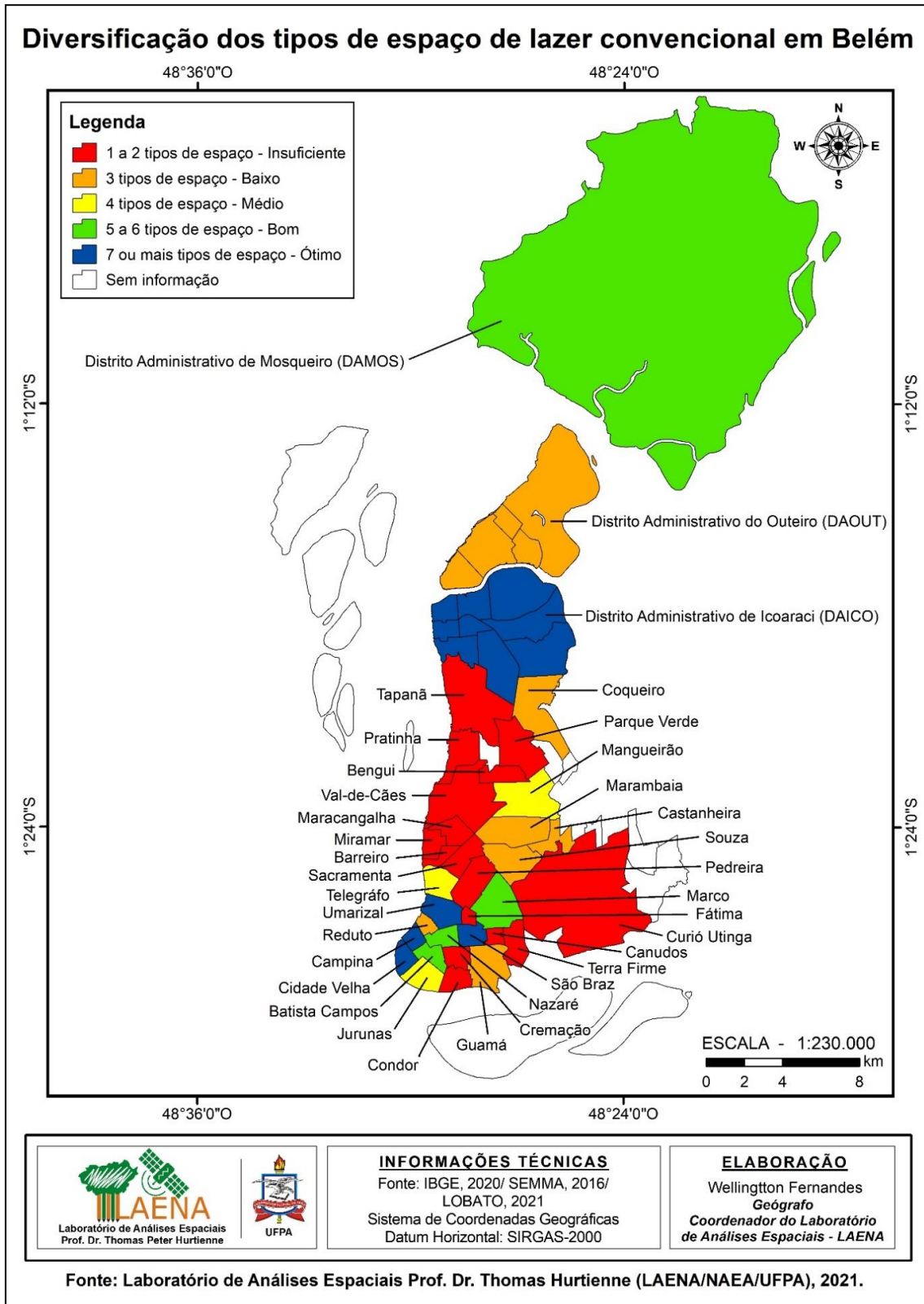
Por fim, é possível notar que não existe uma distribuição igualitária e equitativa entre os tipos de espaço de lazer nos bairros e nos distritos de Belém, uma vez que, nos bairros considerados como periferia, não há constantemente parques, bibliotecas, museus etc. Como demonstrado no Quadro 7, evidenciou-se que os bairros, considerados mais centrais da cidade, como: Cidade Velha, São Brás e Umarizal, possuíam 7 ou mais tipos de espaços de lazer, assim como Batista Campos, Marco e Nazaré possuíam de 5 a 6 tipos, tendo um nível de distribuição considerado “Ótimo” e “Bom”, respectivamente, em comparação aos demais bairros. No lado oposto, estão os bairros considerados periféricos com apenas 1 ou 2 tipos de espaço, que, normalmente, resumem-se a praças e a mercados – por vezes, sem manutenção e segurança. No caso das praças, comumente, são locais de refúgio para moradores de rua e usuários de drogas. Esse cenário de concentração de espaços pode ser mais bem visualizado no Mapa 3, cujo objetivo de sua concepção foi mostrar “de cima” parte do que é vivido “em baixo” pela população.

**Quadro 1:** Diversificação dos tipos de espaço de lazer convencional em Belém

Quantidade de tipos de espaços de lazer	Bairros	Nível de distribuição
7 ou mais tipos de espaço	Campina, Cidade Velha, DAICO, São Brás e Umarizal	<b>Ótimo</b>
5 a 6 tipos de espaço	Batista Campos, DAMOS, Marco e Nazaré	<b>Bom</b>
4 tipos de espaço	Mangueirão, Jurunas e Telégrafo	<b>Médio</b>
3 tipos de espaço	Castanheira, Coqueiro, DAOUT, Guamá, Marambaia, Reduto e Souza	<b>Baixo</b>
1 a 2 tipos de espaço	Barreiro, Benguí, Canudos, Condor, Cremação, Curió-Utinga, Fátima, Maracangalha, Miramar, Montese, Parque Verde, Pedreira, Pratinha, Sacramento, Tapanã e Val-de-Cans.	<b>Insuficiente</b>

Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir de dados do IBGE (2010), do Anuário de Belém (2011), da SEMMA (2016), do Inventário da Oferta Turística de Belém (2020) e do *Google Earth* (2021).

**Mapa 3:** Distribuição de tipos de espaço de lazer por bairro ou distrito em Belém (PA)



Fonte: Elaborado pelo autor (2021) e produzido pelo LAENA/NAEA/UFPA (2021), a partir de dados do IBGE (2010), do Anuário de Belém (2011), da SEMMA (2016), do Inventário da Oferta Turística de Belém (2020) e do Google Earth (2021).

A concentração de espaços nos bairros mais centrais apresenta-se como uma dificuldade de acesso àqueles que residem na periferia. A população, frequentemente, por se apropriar de uma concepção convencional e hegemônica de lazer – além de não reconhecer suas práticas e manifestações como tais –, tenta, sempre que possível, sair das comunidades em busca desse lazer. No entanto, além de não ser bem-vinda nesses espaços e sofrer, constantemente, violências simbólicas e mesmo físicas, a população tem como entraves a “falta de tempo” e de recursos para se deslocar até esses espaços (BAHIA, *et al.*, 2008). Tal realidade é, comumente, narrada em diversos estudos sobre espaços de lazer no Brasil, como as descritas por Melo e Peres (2005), ao analisar o caso da cidade do Rio de Janeiro (RJ), por Marcellino *et al.* (2007), que analisou a Região Metropolitana de Campinas (SP) e por Sydow (2017), quando investigou a cidade de Araguaína (TO).

França (2009) considera que as maneiras como os espaços públicos de lazer encontram-se, espacialmente, organizados e são utilizados e mantidos representam uma espécie de segregação simbólica. Para a autora, essa centralização excludente é também incitada pelas possibilidades de lazer ofertadas pelo Poder Público, que, normalmente, não são divulgadas e atraentes para o “perfil de consumo do lazer” da população periférica (FRANÇA, 2009). Com efeito, nas comunidades periféricas, tem-se um lazer com uma oferta muito reduzida de espaços, mesmo aqueles clássicos e impostos como únicos, como as praças. Quando concebido na periferia, o espaço de lazer é estabelecido pela iniciativa privada – em que moradores veem o lazer, com frequência, como uma forma de obtenção de renda –, ou como uma política de governo para entreter a massa populacional (WERNECK; ISAYAMA, 2001).

Ademais, é importante considerar que ter um espaço de lazer materializado, seja por meio de políticas públicas, seja mediante a iniciativa privada, não garante o acesso e a utilização livres, tendo em vista que, além das barreiras físicas, econômicas e simbólicas (PEREIRA, 2019) ou do “perfil de consumo” (FRANÇA, 2009), a população pode: 1) não se sentir bem-vinda ou confortável, dada a compreensão de que somente quem tem “tempo” e “dinheiro” pode se dar ao direito de degustar desses locais e suas programações; e 2) não ter construído sentimentos de apreço, de pertencimento ou de identidade por esses espaços. Logo, são vistos com estranhamento.

Na contemporaneidade, apesar de os avanços no estabelecimento de direitos sociais e melhorias na qualidade de vida das populações da periferia – por intermédio de políticas, planos, programas e projetos de fomento ao esporte e ao lazer –, novas áreas periféricas estão a se formar. Desse modo, se não houver planejamentos e ações mais numerosos e menos pontuais e fragmentados, que sejam capazes, ao menos, de minimizar toda essa situação, a tendência é

que a população, que vive nesses locais – cada vez mais longe dos centros das grandes cidades –, fique mais distante de muitos serviços que viabilizam a satisfação de várias necessidades e direitos humanos, dentre eles o lazer. Afinal, como reflete Bramante (1998), as vivências de lazer e as oportunidades de acesso a bens culturais estão também relacionadas e, por vezes, condicionadas por fatores socioeconômicos, políticos e ambientais – mesmo aqueles criados pelos próprios sujeitos no cotidiano das periferias.

Assim, Magnani (2015) postula ser preciso pensar que a cidade, em si mesma, pode se configurar como um grande espaço de múltiplas práticas de lazer – ainda que com seus problemas estruturais e suas desigualdades. Afinal, não obstante se tenha tipos convencionais de espaço de lazer, é importante ter sensibilidade para compreender que, nas diversas periferias das cidades brasileiras, muitas crianças e jovens não sabem o que é e como é poder usufruir de uma quadra poliesportiva, de um cinema, de um museu, de uma biblioteca etc. Os seus espaços e as suas práticas de lazer, nas periferias, são outros. Eles, por vezes, são construídos (física e simbolicamente) pelos próprios moradores, sendo perfilados por dinâmicas, valores e temporalidades deveras diferenciadas das observadas em privilegiados espaços. Por serem práticas diferenciadas, que fogem do enquadramento convencional, frequentemente não são reconhecidas como lazer por eles próprios e, principalmente, pelos ideais hegemônicos do capital. Desse modo, é primordial, não “dar cor e voz”, mas fazer esforços contínuos para ver e ouvir as multifacetadas expressões contra hegemônicas do lazer que ecoam e coloream a cidade.

## **CONCLUSÃO**

A cidade de Belém é expressa pela lógica de que quanto mais longe do centro urbano, menos serviços e espaços são disponibilizados à população. Os dados obtidos, em relação ao IDAC (eq./hab.), revelam que os bairros mais centrais, como Campina e Cidade Velha, tiveram melhores resultados do que os bairros considerados periféricos, como Barreiro e Pratinha. Na mesma direção, os resultados revelaram que, embora a extensão territorial tenha influência significativa no IDTEL (ha./eq.), há uma clara diferença entre bairros mais e menos afastados do centro da cidade. Tomando-se como exemplo o Barreiro, um dos bairros com menor extensão territorial, observou-se que o seu indicador foi um dos mais baixos. Portanto, observa-se que as periferias mais próximas do centro são as que, no geral, apresentam melhores resultados, possivelmente por serem novas áreas de interesse do capital imobiliário.

Os espaços mapeados seguem a concepção do lazer convencional, a qual, historicamente, têm definido o que é lazer, em que espaço e tempo deve ocorrer e quem pode

ser seu beneficiário, muitas vezes, conectando essa lógica a interesses mercadológicos em benefício de uma certa classe social. O *status* de convenção social desse lazer tem sido legitimado pela frequente veiculação na mídia e pela sua institucionalização em governos, os quais “ensinam” a diferentes grupos sociais, não importando o contexto, a cultura e suas criações próprias, quais os espaços/tempos e as práticas podem ser considerados lazer ou não. Desse modo, em diversas políticas públicas foi incorporado tal entendimento, considerando certas formas de lazer como únicas e exclusivas.

Dentro dessa lógica convencional, além da concentração de espaços na cidade, há barreiras simbólicas que regulam os seus usos, a partir da vigilância e da restrição de certas práticas e manifestações. Por essa compreensão se encontrar tão entranhada no imaginário popular, muitas pessoas são norteadas por elas e as reproduzem inconscientemente. Assim, como convenção social, o lazer passou a ser visto de modo restrito por uma grande parcela da população, e as práticas alternativas vistas como pequenas resistências têm sido constantemente restringidas e marginalizadas. Por fim, cumpre salientar que certos espaços não foram considerados no mapeamento por não estarem contemplados na compreensão de lazer convencional.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. **As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX**. 2010. 343 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

BAHIA, Mirleide Chaar *et al.* Os espaços e equipamentos de lazer das cidades: o caso de Belém. *In: FIGUEIREDO, S. J. D. L. (Org.). Turismo, lazer e planejamento urbano e regional*. Belém: NAEA, ANPUR, 2008.

BAHIA, Mirleide Chaar. **O lazer e as relações socioambientais em Belém-Pará**. 2012. 301 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

BAHIA, Mirleide Chaar; FIGUEIREDO, Silvio José de Lima. Urbanização e dinâmica do lazer em Belém, Pará. *In: ALMEIDA, Oriana; FIGUEIREDO, Silvio José de Lima; TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro (Org.). Desenvolvimento e sustentabilidade*. Belém: NAEA, 2012. p. 341-355.

BRAMANTE, Antônio Carlos. Lazer, concepções e significados. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 9-18, 1998.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

Brasília: Presidência da República, [2018]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 20 maio 2020.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 472-486, 2014.

FRANÇA, Jéssika Paiva. **Espaços públicos de lazer e cidade: desdobramentos em Belém/PA, o caso orla portal da Amazônia**. 2018. 363 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2018.

FRANÇA, Jéssika Paiva. **Políticas Públicas de Lazer no Município de Belém: concepções e intervenções**. 2009. 154 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

GOMES, Christianne Luce. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 3-20, 2014.

GOMES, Christianne Luce; ISAYAMA, Hélder Ferreira. Multiplicidade de olhares sobre o lazer como direito social. *In*: GOMES, Christianne Luce; ISAYAMA, Hélder Ferreira. (Orgs.). **O direito social ao Lazer no Brasil**. Campinas, SP: Autores associados, 2015. p. 1-6.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Espaço público, espaços públicos. **GEOgraphia**, Niterói, v. 20, n. 44, p. 115-119, 2018.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, 2012.

LEFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Frias. São Paulo: Moraes, 1991.

LOPES, Ana Carolina Mattoso. **O direito social ao lazer em perspectiva crítica: desigualdades e democratização do acesso**. 2017. 197f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. O direito social ao lazer na cidade do nosso tempo. *In*: GOMES, Christianne Luce; ISAYAMA, Hélder Ferreira. (Orgs.). **O direito social ao Lazer no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015. p. 7-22.

MARCELLINO, Nelson Carvalho *et al.* **Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: o caso da RMC - Região Metropolitana de Campinas**. Curitiba: OPUS, 2007.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Educação**. Campinas: Papyrus, 1987

MARCELLINO, Nelson Carvalho. O lazer e os espaços na cidade. *In*: ISAYAMA, Hélder Ferreira; LINHALES, Meily Assbú. (Org.). **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 65-92.

MELO, Victor Andrade de; PERES, Fabio de Faria. A cidade e o lazer: as desigualdades sócio-espaciais na distribuição dos equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro e a construção de um indicador que oriente as ações em políticas públicas, **Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 127-151, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Genebra, 1948. Disponível em: [http://unicrio.org.br/img/DeclU\\_D\\_HumanosVersoInternet.pdf](http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf). Acesso em: 06 abr. 2020.

PEREIRA, Pablo Vitor Viana. **Práticas sociais de lazer e suas relações nos espaços públicos Estação das Docas e Ver-o-Rio em Belém - Pará**. 2019. 142f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

PINHEIRO, Wellington da Costa *et al.* Práticas de lazer e sociabilidade na Belém do Pará dos anos de 1920. **LICERE – Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 82–111, 2020. DOI: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2020.21815>

ROCQUE, Carlos. **Antônio Lemos e sua época: história política do Pará**. 2. ed. Belém: Editora Cejup, 1996.

SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. **Memórias do “velho” intendente: Antônio Lemos – 1869-1973**. 1998. 204 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Campinas, Campinas, 1998

SANTOS, Dalva de Cássia Sampaio dos. **O Lazer no Plano Diretor das Metrópoles Amazônicas: um estudo comparativo entre Belém e Manaus**. 2010. 198 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) - Universidade da Amazônia, Belém, 2010.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2009.

SITUBA, Nagila dos Santos. A dinâmica dos espaços públicos em Tefé e Coari-Amazonas. **Revista Saberes da Amazônia**, Porto Velho, v. 3, n. 7, p. 166-189, 2018.

SOUZA, Glenda Carvalho; LOBATO, Flávio Henrique Souza; GUEDES, Luciano da Silva. A qualidade de espaços públicos urbanos na Amazônia: uma avaliação em Araguaína (TO) e Belém (PA). In: SOUZA, J. H. M. D. et al. (org.). **Demandas Populares: cidade, inclusão produtiva e trabalho**. São Luís: EDUEMA, 2020. v. 1, p. 29-46.

SYDOW, Elisabeth. **Os espaços e equipamentos públicos de lazer da cidade de Araguaína (TO) sob a ótica de seus moradores**. 2017. 135f. Tese (Doutorado em Estudos do lazer) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

WERNECK, Christianne Luce Gomes; ISAYAMA, Hélder Ferreira. Lazer, cultura, indústria cultural e consumo. In: WERNECK, Christianne Luce Gomes; ISAYAMA, Hélder Ferreira. (Orgs.). **Lazer e mercado**. Campinas, SP: Papyrus, 2001. p. 45-69.

## **Declaração de conflito de interesses**

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

## **Contribuições dos autores**

F. H. S. L.: I. Concepção da pesquisa; II. Revisão da literatura; III. Coleta de dados; IV. Análise de dados; V. Discussão e Conclusão. M. C. B.: I. Concepção da pesquisa; IV. Análise de dados; V. Discussão e Conclusão; VI. Revisão final do texto; VII. Orientação.

**Submissão:** 30/03/2022

**Aceite:** 29/04/2022